



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

FAVELAS PALAFÍTICAS: PROCESSOS DE INSURGÊNCIA

Victor Salgado (Universidade de São Paulo) - victorsalgado@usp.br

Mestrando em Habitat pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-FAUUSP), com apoio CAPES

Francisca Adalgisa Silva (Universidade Federal do ABC) - francisca.adalgisa@ufabc.edu.br

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território (PPGPGT-UFABC)

Liliane Katita de Carvalho (Universidade Federal do ABC) - l.katita@ufabc.edu.br

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território (PPGPGT-UFABC)

FAVELAS PALAFÍTICAS: PROCESSOS DE INSURGÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de um processo colaborativo de debate em sala de aula, entre estudantes de pós-graduação, docentes, lideranças comunitárias, militantes e agentes estatais, que empenhou-se em: apresentar e analisar o território formado pela iniciativa de urbanização e produção de espaço urbanizado pela própria população; debater as práticas de resistência que a população de baixa renda tem utilizado no enfrentamento da produção hegemônica da cidade, centrada nos interesses do capital imobiliário e financeiro; a identificação do debate teórico e reflexão sobre práticas acerca de urbanização insurgente, planejamento insurgente, cidadania transgressiva, planejamento em situação de conflito, pedagogia do confronto, dentre outros termos que têm sido elaborados.

Neste sentido, o fenômeno urbano das favelas foi pertinente às temáticas de interesse durante o andamento das discussões. Estudos sobre a questão dos espaços de moradia das camadas populares da sociedade, ganharam relevância no repertório de pesquisas brasileiras no campo das ciências sociais a partir dos 1960, paralelamente à crescente demográfica e de aglomerados urbanos da época. A priori as favelas cariocas foram o tema de grande interesse, uma forma insurgente de acesso à habitação e à sociabilidade, uma forma de urbanização. Este padrão inteiramente atrelado às configurações específicas dos terrenos em que se implantavam, buscando as beiras de córregos, subindo as colinas e morros, erguendo-se sobre palafitas, foi herdado das primeiríssimas aldeias e núcleos humanos e conservou suas características essenciais, predominando no desenho urbano até a introdução (pós-revolução industrial) do conceito de rua-quadra-lote no desenho das cidades (KEHL, 2010, p. 11).

Notavelmente nas regiões metropolitanas do estado de São Paulo, as favelas circunscrevem o início de uma crise habitacional que se anunciava. Nos anos seguintes as periferias das grandes cidades brasileiras continuaram crescendo e se consolidando como território, por meio de diversas formas de urbanização que se agenciaram sob a ótica insurgente. Indo para as extremidades e ocupando as margens, convertendo espaços urbanos ociosos em um complexo de relações, manifestações e dinâmicas, que transformaram as categorias de análise das cidades, a partir das reflexões sobre a pobreza urbana e dos debates sobre moradia popular e a produção do espaço urbano no Brasil.

No presente, mesmo após avanços, cronologias e constelações de conhecimentos, sobre e para as favelas, apontam dicotomias e centralidades que obscurecem a possibilidade de ver as diversidades de formas de “favelas”, formas de sobrevivência à injustiça social, que ainda assim geram formas estruturadas, dentro de seu contexto, à vida, por resistência. Assim, pensando em lugares outros, para além dos morros e limites regionais, este artigo objetiva abordar dois casos de favelas palafíticas, identificando a palafita¹ como a

¹ A arquitetura vernacular conhecida como Palafita, denomina edificações suspensas sobre pilotis de madeira acima das águas ou terrenos passíveis de períodos de alagado e exercem extrema relação com o clima e modo de vida do local onde é possível encontrá-las. Apesar de

fronteira entre os territórios analisados. A pesquisa foi delineada a partir do método de revisão bibliográfica. Mas antes de chegar aos casos Vila Elesbão e Dique Vila Gilda, o texto está estruturado para apresentar a caracterização e análise do tipo de urbanização insurgente em questão, iniciando-se por um breve panorama nacional que percorre o histórico e o processo de ocupação e produção de cidade com ênfase na produção das favelas, convergindo para a discussão de desafios e limites na temática.

Por seguinte, o estudo de caso Vila Elesbão (Amapá) insere o contexto amazônico na discussão sobre favelas, onde as dinâmicas regionais são orientadas por ciclos de exploração e projetos do poder hegemônico para a "civilização" do território. O segundo caso trata da maior favela palafítica do Brasil, a Dique Vila Gilda no estado de São Paulo, consolidada na Região Metropolitana da Baixada Santista desde a década de 1950 e derivada de um forte processo de segregação espacial. Por fim, o desfecho do artigo retoma a importância de se pensar a urbanização insurgente como forma legítima de produção do espaço urbano, para além de uma questão da "legalização" como solução pragmática, mas um futuro possível aos que ainda vivem em cidadania incompleta ou estranhada (SOUZA SANTOS, 2021; HOLSTON, 2013).

BREVE PANORAMA E CARACTERIZAÇÃO DE FAVELAS

As favelas configuram espaços de alta diversidade apresentando circunstâncias fundiárias complexas e impactando o território a partir de aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos. No Brasil, as favelas têm início durante o final do século XIX e início do século XX. Neste período as formas de moradia predominantes das classes populares nos grandes centros urbanos eram cortiços, estalagens e casas de cômodos (CARDOSO, 2007). Constituiu-se um contexto de políticas públicas higienistas que determinavam formalmente a proibição de cortiços e sua erradicação das regiões centrais nas grandes cidades, aprofundando a problemática de acesso à terra e à moradia. A população de baixa renda, formada em grande parte por negros, migrantes e ex combatentes de guerra, até então moradora destes cortiços, iniciaram a ocupação e construção com seus próprios recursos, de casas e abrigos como "uma forma de resistência a um contexto político-econômico excludente" (MACHADO DA SILVA, 1981, p. 81), dando origem às chamadas favelas.

Iniciou-se a ocupação de áreas notadamente desvalorizadas pelo mercado imobiliário, em condições ambientais controversas à urbanização como morros, mangues, áreas alagáveis, encostas, áreas ociosas públicas e privadas. Segundo Cardoso (2007), estas apropriações caracterizavam-se pela ocupação do solo sem parcelamento prévio e regular, precariedade física das habitações, a ausência de infraestrutura urbana e a irregularidade da propriedade do solo, conformando-se assim aspectos que caracterizam as favelas até os dias atuais. Tem-se até os anos 1990, a percepção de que a consolidação das favelas nas grandes cidades deu-se em função do crescimento populacional urbano acelerado junto a ineficiência de investimentos e de políticas públicas para regulação da área urbana. Contudo, a partir dos anos 1980, Kowarick (1980)

antiga, esta arquitetura não se tornou obsoleta, com o avanço de complexidades e o desenvolvimento dos assentamentos, construir sobre as águas continua sendo uma necessidade na realidade contemporânea (SALGADO, 2019, p. 23).

demonstra que a pobreza e a desigualdade associada a um processo de mobilidade descendente social impede que a classe mais pobre brasileira, parcela significativa da população, apresentasse possibilidade de acesso ao mercado formal de moradia, tornando a favela a solução possível.

As favelas, durante muitas décadas, foram tratadas como grande problemática urbana e por processos de marginalização que a atingiam tanto na dimensão física quanto na dimensão subjetiva. Há um significativo esforço acadêmico, em diferentes pesquisas, na construção da leitura das características das favelas, que não seja somente pela ótica totalizante e generalizada que a promove como um espaço da pobreza, da marginalidade junto a qualificação de “não cidade” (KOWARICK, 2009). Apesar desta representação ser massivamente utilizada por grandes segmentos da produção artística como o cinema, artes visuais e as telenovelas, atualmente promove-se uma mudança de perspectiva que visa desconstruir o imaginário que cerca a complexa dinâmica de vivências nestes espaços. Valladares (2005) destaca a necessidade de se olhar para a heterogeneidade das favelas, considerando também a sua caracterização por aquilo que se têm e que são e não pelo que lhes faltam.

Favela, vila, quebrada, gueto, comunidade, maloca, mocambo, barraco, morro, alagado, núcleo, complexo, aglomerado, assentamento. São muitos os nomes para designar um conjunto nada homogêneo de espaços urbanos, de lugares de moradia popular no Brasil e na América Latina. Não raro são acompanhados por adjetivos como informal, ilegal, irregular, subnormal, precário (...) que de algum modo carregam um status de não cidade. Não cidade? (FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; IACOVINI, 2019, P. 17).

O Brasil possui escala continental e, por consequência, uma grande variação em suas dinâmicas socioespaciais. Tal condição faz com que a caracterização das favelas brasileiras e de sua intensa diversidade seja um processo de difícil execução. Pode-se dizer que são elementos de caracterização das favelas (i) aspectos morfológicos e geográficos: como a ocupação de morros e encostas, áreas alagáveis, áreas contaminadas, áreas de proteção ambiental, regiões isoladas, sob rios, grau de consolidação, entre outras; (ii) materiais utilizados no processo de construção da habitação: recicláveis, madeira, lonas, estruturas temporárias, estruturas sem acabamentos adequados, inadequação de habitações para condicionantes ambientais e de habitabilidade; (iii) condições socioeconômicas: nível de pobreza, renda disponível para habitação, acesso a saneamento, grau de urbanização da área ocupada; (iv) diferentes tipos de riscos inerentes à moradia: riscos ambientais, remoção, incêndio, doenças e contaminações, alagamentos, condição de ilegalidade da propriedade. O Censo do IBGE classifica como “aglomerados subnormais” as áreas em que residem populações com condição socioeconômica, de saneamento e de moradias consideradas precárias, e em conjunto, apresentam forma de ocupação e padrão urbanístico dito irregular para o território na área habitada.

De acordo com o Censo 2010, mais de 3.224.529 de domicílios foram identificados em áreas classificadas pelo IBGE como “aglomerados subnormais”. Tais aglomerados estão presentes em todas as regiões do Brasil. Segundo Pasternak e D’Ottaviano (2016) estima-se que, em 2010, havia cerca de 14

milhões de pessoas morando em domicílios nos chamados “aglomerados subnormais”. Ao comparar os dados com os Censos anteriores², nota-se um crescente aumento da população, entre os anos 2000 e 2010 a taxa de crescimento anual do parque domiciliar brasileiro alcançou 0,57% enquanto a dos domicílios favelados ou em “aglomerados subnormais” atingiu 6,93%. O IBGE publicou em 2019 um relatório de estimativas de domicílios ocupados para auxílio no enfrentamento da pandemia por COVID, em que, estima-se um aumento da quantidade de domicílios ocupados em aglomerados subnormais de 3.224.529 em 2010 para 5.127.747 em 2019. Apesar do relatório emitir nota de que é necessário aguardar a divulgação do Censo 2020 para a confirmação da contagem final ser comparável ao Censo 2010, pode-se observar que há um crescimento da população favelada no país, e de acordo com os números apresentados há tendência de se aprofundar em decorrência da crise pandêmica atual.

Apesar de observado o aumento das taxas de crescimento dos domicílios, as moradias produzidas nas favelas, comumente, não são acompanhadas e/ou desenvolvidas com algum tipo de orientação técnica, projeto ou planejamento. São áreas caracterizadas por espaços autoconstruídos e não raro autofinanciados pelos próprios moradores. Cardoso (2007) ressalta que a ausência de políticas públicas habitacionais, especialmente, para a população de baixa renda foram historicamente ineficientes, e esta condição, bem como a escassez de investimentos do Estado em infraestruturas urbanas e, especialmente, na promoção do acesso ao lote urbanizado corroboram para a consolidação de assentamentos precários, nas grandes metrópoles que sofrem com especulação imobiliária e discrepância do valor da terra urbanizada, produzindo espaços como os das Imagem 01.

Imagem 01 - Favelas nas grandes metrópoles brasileiras.



Legenda: Favela de Paraisópolis e área residencial vertical de alto padrão localizada no distrito do Morumbi, cidade de São Paulo; Fotos: Johnny Mille, 2021. Disponível em: <https://unequalscenes.com/brazil>

INTERVENÇÕES EM FAVELAS

Ao longo do processo de emergências de favelas nas grandes cidades brasileiras, diferentes tratamentos urbanísticos foram propostos pelos sistemas políticos. Houve na política de intervenção de favelas, um intenso processo de

² Censo demográfico de 1991 e 2000.

remoções, com projetos que previam a erradicação de favelas nas cidades solucionando a questão da habitação através da criação de conjuntos habitacionais que, comumente, localizavam-se nas periferias. Apesar de aparecerem pontualmente na história, os processos de urbanização de favelas se tornaram mais presentes nas cidades do Brasil a partir da década de 1960 (MACHADO DA SILVA, 1981), polarizando o debate entre a remoção e a urbanização e seus resultados no processo de desenvolvimento da cidade, ou seja, eliminar estes territórios ou aceitá-los e melhorá-los, condicionando o aumento da qualidade de vida e de integração social de seus habitantes.

Para Turner (1976) a integração social se constitui significativamente a partir da moradia, pois esta possui grande influência no processo social exercida fundamentalmente em três aspectos, sendo eles: a localização, segurança da posse e conforto. Especialmente a partir dos anos 1970, a consciência sobre o universo da segregação e da pobreza ganha uma nova dimensão com a inserção de diversas pesquisas e atuação de profissionais sobre a temática da moradia precária (MARICATO, 2017). Com isso, observou-se certa evolução no tratamento de políticas públicas para as favelas que avançou na construção de uma agenda de cunho social, não só como programas pontuais de intervenção (ou ainda remoção) mas como objeto de política habitacional, consolidando a urbanização das favelas como prática durante os anos 1990 (DENALDI, 2003). Destaca-se que esta conjunção também se dá em função da crescente mobilização da população, em sua luta cotidiana, para garantia dos direitos mínimos. Cita-se como caso emblemático a Favela Brás de Pina na cidade do Rio de Janeiro, que durante a década de 1960 se mobilizou e resistiu a um processo de remoção violento, articulando a luta para a urbanização e permanência dos moradores.

A relação entre o Estado e as favelas passou, ao longo da história brasileira, por diversas fases, combinando, de maneira diferenciada, repressão, tolerância, subordinação, e, mais recentemente, reconhecimento e legitimação (DENALDI; CARDOSO, 2008). A instituição das ferramenta urbanísticas de função social da propriedade e da usucapião especial urbana, na Constituição de 1988, marcaram positivamente essa nova atitude do Poder Público, fornecendo a base legal para uma série de intervenções que visavam reconhecer juridicamente a legitimidade da posse da terra das favelas e também melhorar as condições de vida dessa população por intermédio de projetos de urbanização. Outra ferramenta significativa é a implementação da ZEIS - Zona especial de interesse social, que através de determinações legislativas sobre zoneamento, garantem o atendimento a favelas e população de baixa renda, tanto na urbanização quanto na regularização do território. Tem-se como destaque os casos da PREZEIS - Plano Integral de Intervenção em Áreas de Favelas, implementado na cidade de Recife em 1987, demonstrando-se posteriormente como grande referencial para projetos de urbanização de favelas (CARDOSO, 2007).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, popularizaram-se as iniciativas de governos Municipais e Estaduais de forma a resolver problemas candentes que afligiam as populações faveladas: falta de saneamento adequado, situações de risco, ausência de acesso a equipamentos coletivos, problemas de mobilidade, precariedade habitacional, entre outros. As formas de intervenção em favelas

passaram por ajustes, que envolviam aspectos como a escala de atuação, as condições pré-existentes do local, grau de consolidação, verba disponibilizada para o projeto estatal. Denaldi (2003) afirma que durante as décadas de 1980 grande parte das ações estatais orientavam-se para a regularização da posse e direitos sociais mínimos, através da ação emergencial que promovia em certo grau o melhoramento da condição mínima de infraestrutura. Já durante a década de 1990, a autora afirma que busca-se a integração do tecido urbano favelado ao da “cidade formal” trabalhando em diversos aspectos da configuração urbana, como o social e econômico. Contudo, destaca-se a ausência de projetos executivos ou planos urbanísticos e levantamentos cadastrais ou planialtimétricos, aprovados antecipadamente as intervenções.

Ao final da década de 1990, pode-se afirmar que as intervenções passam a considerar significativamente o projeto e o diagnóstico para as intervenções, promovendo a qualidade dos serviços empregados na urbanização. Como exemplo cita-se o programa Guarapiranga de São Paulo, que associa a urbanização da área favelada junto à gestão ambiental da bacia hidrográfica em questão. A urbanização e intervenções nas favelas englobam diferentes modalidades ou tipologias, Bueno (2000) aponta três formas de tipologias de intervenção estatal, sendo elas: (i) erradicação de favelas ou desfavelamento: como prática de remoção e reassentamento em extensos conjuntos que caracterizaram a promoção de habitações saudáveis, contudo, distantes dos assentamentos de origem; (ii) reurbanização: com práticas que reconhecem a localização e permanência da favela, mas tem seu tecido urbano substituído por morfologia tradicional adequando, se preciso, a realocação de grupos familiares; (iii) urbanização: quando se prioriza a implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos sobre a estrutura existente de parcelamento do solo e de habitações.

Denaldi (2003) afirma que pode-se identificar três padrões de qualidade de urbanização ou de padrão urbanístico de intervenção que são: (i) padrão mínimo de urbanização: implantação de drenagem de água e esgoto, eletrificação, melhorias de coleta de lixo e acessibilidade; (ii) padrão intermediário de urbanização: soma-se ao item anterior a eliminação de riscos, provisão de equipamentos e espaços públicos, readequação do viário, intervenções no entorno; (iii) padrão alto de urbanização: soma-se aqui a adequação de densidade, parcelamento, distanciamento mínimo, promoção de regularização fundiária. Deste modo, percebe-se que a intervenção em favelas abrange processos interdisciplinares e que deveriam, em tese, funcionar de forma integrada considerando a complexidade das relações socioeconômicas atribuídas à intervenção. De forma geral, a indicação do tipo de intervenção ou do padrão a ela empregado, dependerá do *status quo* dos assentamentos (político, econômico e social), das necessidades locais, e de como “resolver a equação recursos limitados versus moradia digna” (CARDOSO, 2007, p.15). Bueno (2000) afirma que o diagnóstico e a proposta de intervenção devem analisar não só os limites e potencialidades da favela, mas também, o interesse urbano do entorno da favela, pois assim, seria possível constituir uma unidade de planejamento onde a favela se complementa a áreas mais amplas.

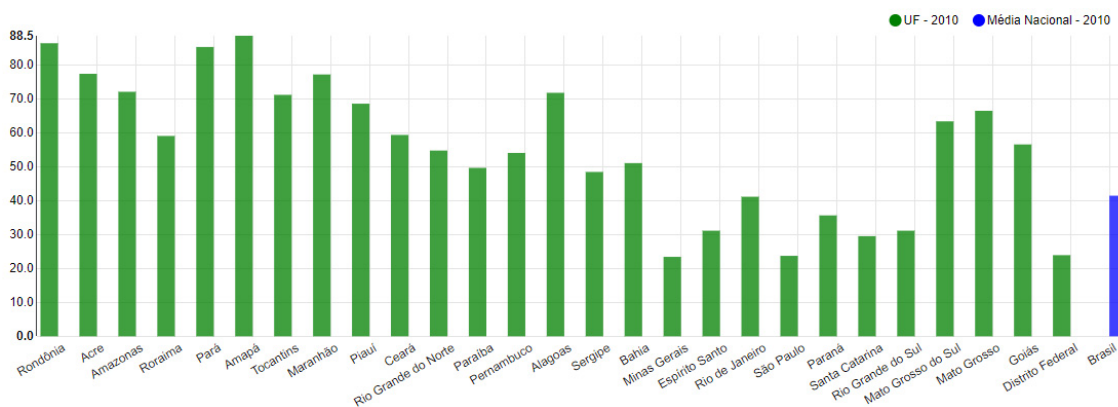
DESAFIOS E LIMITES

Os avanços da urbanização brasileira nos aproxima das contradições que engendram os processos cotidianos do território e de suas insurgências. Notadamente, há um grande número de pesquisas atuantes na temática da favela, que afirmam ser o grande desafio a melhora integrada das políticas públicas habitacionais, e isso, se deve à condição de ausência histórica desta oferta em escala nacional. Os problemas habitacionais e, em especial, de acesso à terra urbanizada, fomentam as taxas de crescimento da população em áreas como os “aglomerados subnormais”, surgindo novas favelas, ainda mais afastadas das condições básicas de infraestrutura e mobilidade urbana, tornando o equacionamento de investimentos e demandas um processo desatualizado, burocrático e complexo.

Para NAFTT (2005) as favelas são espaços criados sob a égide da informalidade, territórios forjados para moradia sem a infraestrutura, ou viários adequados para circulação de veículos e pedestres, tudo é improvisado, construído pelas mãos de seus moradores. A ausência do poder público permite que outras formas de poder ocupem os espaços vazios, a presença maciça do narcotráfico nestas comunidades, utilização de armamento pesado pelos traficantes, emprego de crianças e adolescentes nas linhas de frente do tráfico, um poder policial que mais mata no mundo, falta de políticas públicas de inclusão e geração de renda para os jovens dessas comunidades carentes, falta de política de segurança, é o retrato de muitas comunidades no Brasil.

Apesar da maior quantidade de domicílio considerados pela IBGE como aglomerados subnormais estarem localizados nas grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, o gráfico abaixo (Imagem 02) demonstra que a proporção de população urbana vivendo em domicílios precários, é significativamente maior nas regiões norte/nordeste, do que sul/sudeste. Isto caracteriza cidades compostas por territórios majoritariamente precários, de baixa ou baixíssima renda. Ainda que tenhamos casos emblemáticos nas grandes metrópoles, há um desafio supra-urbano que deve ser observado, ao tratarmos do crescimento das favelas ou de “aglomerados subnormais” nas regiões interioranas mais pobres do país.

Imagem 02 - Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados em 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1111>. Acesso em: 13/07/2021.

A crise pandêmica que tem início em 2020 e persiste até o momento, também é um fator de atenção e desafio nas favelas. Estima-se que até março de 2021 - 71% das famílias moradoras de favelas perderam até metade da renda. Ainda de acordo com a pesquisa, tal cenário aprofunda o agravamento da pobreza e da desigualdade afetando em primeiro lugar a compra de alimentos e produtos de higiene recomendados pelos protocolos pandêmicos. O fato das favelas apresentarem baixo acesso a infraestrutura como água, esgoto e ventilação na habitação, torna a presença do vírus ainda mais preocupante visto que não é possível garantir as ações de precaução recomendadas como lavar as mãos, manter distanciamento e áreas ventiladas. Levantamentos divulgados pelo IPEA e LABCIDADE demonstram que a maioria das mortes pela doença SARS-COV-2 estão concentradas nos bairros mais pobres. Percebe-se que diante de um cenário extraordinário como o de uma pandemia, os territórios mais vulneráveis aprofundam suas mazelas e reiteram os processos de determinação social na produção das cidades. Ao mesmo tempo, observa-se também a insurgência de organizações, coletivos e lideranças comunitárias que lutam em favor da vida, prezando pela cooperação, participação social e cidadã, organizando sistematicamente frentes de doações e orientações aos moradores em condições precárias.

Outro contexto desafiante na urbanização de favelas é a relação estabelecida entre o espaço físico ocupado e o condicionamento ambiental. A deterioração das condições ambientais, figura como um dos elementos chave na proposição de riscos para a ocupação e também nas justificativas de remoções uma vez que a construção das habitações irregulares corroboram para eventuais movimentações de terra, degradação de nascentes, de vegetação nativa e despejo de dejetos sobre corpos hídricos. Neste sentido, observa-se que tais danos não só comprometem o ciclo ambiental da área bem como a saúde coletiva de seus moradores. Os diferentes modos de vida estabelecidos culturalmente em nossas cidades, bem como o capital de desenvolvimento urbano, vão influenciar diretamente na produção espacial das favelas. A palafita é um tipo de construção que utiliza estacas para sustentar habitações construídas sobre a água, muitos conjuntos de palafitas espalhados pelo Brasil estão entram na classificação do IBGE de “aglomerados subnormais”. Trata-se de um arranjo que a princípio demonstra a intenção de se integrar ao meio ambiente, especialmente com água. Porém, ao observarmos casos que envolvem a desigualdade e a pobreza tal conjunção se mostra como mais um risco à população que enxerga na palafita sua opção de moradia.

PALAFITAS DO AMAPÁ: VILA ELESBÃO

Apesar da Amazônia concentrar grande parcela da biodiversidade, sendo o maior conjunto de florestas tropicais do planeta, existem territórios de pobreza e exclusão em suas cidades, como é o caso da Vila Elesbão (Imagem 03) em Santana, no estado do Amapá. Localizado à margem esquerda do rio Amazonas, o município foi desmembrado do território da capital Macapá em 1987, porém, o agrupamento populacional inicial da região começou na Ilha de Santana por volta de 1753. Os primeiros habitantes eram portugueses, mestiços vindos do Pará e índios nativos (IBGE, 2017).

Imagem 03 - Vila Elesbão, localização.



Fonte: Salgado, V. 2019.

O histórico de fluxos migratórios intensos na cidade é derivado da vocação portuária da região, que desde a década de 1950 atraiu investidores e o interesse estatal. Período marcado pelo ciclo de exploração de minérios no interior do estado, que solicitou a instalação de infraestruturas de acostagem para escoamento de matéria prima mineral e potencializou o contexto de transferências populacionais.

[...] a dinâmica portuária que impulsionou a formação socioespacial de Santana com a instalação do porto da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) (1954-1956), iniciou sob a lógica de produção no mundo globalizado, a qual em nenhum sentido primou por uma boa integração porto-cidade. Ao contrário, a região portuária de Santana, que tem hoje como expoente o Porto Organizado da Companhia Docas de Santana (CDSA), nasceu alheia aos interesses endógenos e ao desenvolvimento local, vindo a atender principalmente aos interesses de países centrais, ratificando a posição periférica ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho (Monié; Vidal, 2006, apud Viana, 2016, p. 27).

Durante as primeiras décadas de instalação da indústria, a cidade expandiu-se rapidamente, contudo, os problemas urbanos, a escassez de políticas públicas habitacionais, e a crescente população de migrantes, estabeleceram áreas ocupadas em regime de informalidade, como a Baixada do Ambrósio e o próprio Elesbão. Estas duas comunidades são as pioneiras no processo de formação de assentamentos na orla de Santana, surgiram como necessidade de acesso à habitação, para os trabalhadores e suas famílias que propiciaram mão-de-obra na região.

As origens e transformações do território justificam seu importante valor como registro do início de ocupações populares na orla da cidade. A vila prosperou, em termos de desenvolvimento socioeconômico, entre as décadas de 1970 e 1980 (AMOBEL, 2016), porém, com o declínio da exploração de manganês, e o consequente aumento do desemprego, as condições de vida foram prejudicadas.

A criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) em 1992 culminou no último ciclo migratório intenso pertinente à região da foz do rio Amazonas, o que contribuiu no processo de autoprodução e autoconstrução da moradia na Vila Elesbão. Até a entrada desta década o acesso ao assentamento era exclusivamente fluvial. A política habitacional no município surgiu apenas em 2002, como exigência do Estatuto da Cidade à prefeitura, que espelhou o modelo de plano diretor participativo da capital, Macapá, excluindo os modos palafíticos de habitar na cidade, apenas formalizando prerrogativas gerais.

Habitar o rio Amazonas

A palafita ainda é o principal modo de ocupação e construção encontrada na Vila Elesbão, desde o surgimento das primeiras habitações, há mais de sessenta anos atrás. São predominantemente oriundas da autoconstrução, com fortes traços das palafitas vernáculas em madeira (Imagem 04). Contudo é possível encontrar materiais e equipamentos contemporâneos, ou seja, são encontradas estéticas híbridas, em adaptação, diante das possibilidades econômicas das famílias.

Imagem 04 - Vila Elesbão, habitações.



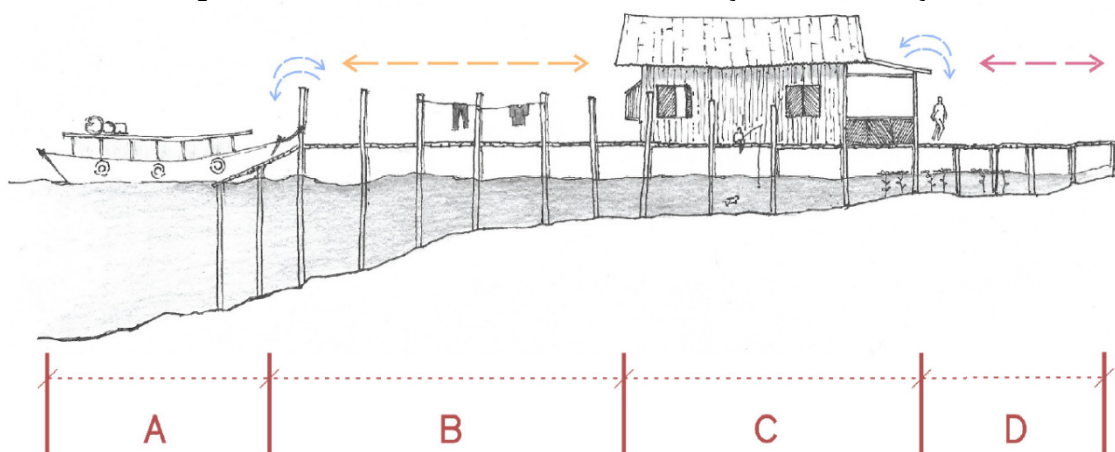
Legenda: [A] Habitações e diversidade de materiais utilizados; [B] Habitação abandonada; [C] Autoconstrução de palafitas. Fonte: Salgado, V. 2019.

Os fatores de surgimento e consolidação, comentados anteriormente, indicaram dois vetores de expansão da vila, a própria beira-rio do Amazonas (sentido leste e oeste) e o Ramal da Olaria (sentido norte). O que conduziu esta configuração espacial, ao que tudo indica, foi o domínio de técnicas palafíticas, que permite a ocupação de áreas alagáveis e o acesso terrestre aos equipamentos urbanos presentes em outras regiões de Santana.

A pesquisa de campo executada por Salgado (2019) obteve percepções semelhantes da paisagem urbana da vila e principalmente das habitações localizadas às margens do rio Amazonas. Estas têm em comum como uma dependência ou anexo, o píer para atracar ou ancorar embarcações (Imagem 06). Além do píer como estrutura de acesso e circulação, as embarcações maiores, e seus compartimentos internos, estabelecem relação de pertencimento com os moradores, tanto quanto os demais ambientes da habitação propriamente dita.

Essa dinâmica pode não ser exclusiva à vila, porém, a ocorrência em assentamentos populares urbanos demonstra quanto o padrão de urbanização das cidades do Amapá tende a descaracterizar a paisagem ribeirinha, a favor de políticas públicas alheias às peculiaridades do habitar palafítico. É possível observar na arquitetura local, elementos como o guarda-corpo das varandas, que apresentam referências aos ofícios de carpintaria, uma vez que os carpinteiros da vila entrevistados (IPHAN, 2011) afirmaram autoconstruir suas habitações a partir dos conhecimentos da carpintaria naval para executar as obras, seja escolhendo a madeira adequada ou aplicando técnicas de construção.

Imagem 06 - Vila Elesbão, dinâmica entre habitações e embarcações.



Legenda: [A] Embarcação familiar de uso particular; [B] Píer de circulação privada aos moradores da residência; [C] Habitação popular palafítica; [D] Passarela de circulação pública. Fonte: Salgado, V. 2019.

Urbanidades na floresta

Embora a Vila Elesbão seja considerada um aglomerado subnormal, segundo IBGE (2010), longe desta definição, existem conceitos mais competentes para caracterização da paisagem urbana e ribeirinha presente na localidade. O mapeamento de Aglomerados Subnormais (AGSN) executado pelo IBGE (2010; 2019) demonstra o aumento de 6,2% do número de domicílios em situação de precariedade no Amapá (Tabela 1), e taxa de aumento em 8,5% em Santana (AP), se mantendo desde 2010 acima da média estadual. O último relatório de estimativas censitárias para AGSN (IBGE, 2019), apresenta o Amapá com 26,10%, a terceira maior taxa (proporcional) de domicílios ocupados em AGSN no Brasil.

Tabela 1 - Estimativa de aumento de domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais.

ANO	População total	Total de domicílios	Domicílios ocupados em AGSN	Taxa de ocupação proporcional	Taxas geométricas anuais		
					População Total	UH Total	UH Favelas
					%	%	%
	Pessoas	Unidades residenciais	Unidades residenciais	%	%	%	%
2010*	669.526	156.141	23.909	15,3			
AMAPÁ (Estado)					2,63	0,966	4,92
2019**	845.731	170.712	36.835	21,5			
SANTANA (Município)					2,05	0,96	6,75
2019**	121.364	24.395	6.602	24,8			

Legenda: * (números absolutos); ** (estimativa). Fonte: IBGE 2010; 2019 (adaptado pelos autores).

As taxas geométricas anuais mostram que a população do Amapá cresceu no período de nove anos 2,63% ao ano, índice mais alto que a taxa de domicílios totais. Sobre os AGSN, as taxas são maiores ainda, cerca de quatro vezes mais que o total de domicílios (4,92%). Em Santana a população cresceu menos em comparação às taxas estaduais (2,05%) e em relação aos domicílios a taxa é tecnicamente a mesma do estado. O índice mais preocupante refere-se à taxa de crescimento dos AGSN, que chega a ser quase sete vezes maior que a do município como um todo. As favelas em Santana estão crescendo depressa.

Em 2015, foi criada a Associação de Moradores do Bairro Elesbão (AMOBEL) como resultado da mobilização da comunidade e do desenvolvimento de ações coletivas para resolver problemas comuns aos habitantes. Como a prefeitura de Santana não possui um cadastro fidedigno do assentamento e de seus moradores, a AMOBEL realizou em 2016 um Censo do bairro, de forma autônoma e coletiva, apenas com apoio de cartografias cedidas pela Secretaria Estadual de Infraestrutura do Amapá (SEINF), após muitas tentativas de aproximação negadas por parte do Estado. Entender esta ação coletiva como uma forma de inclusão no mapa de assentamentos populares do município perpassa pelo conceito de práticas insurgentes. Pois trata-se de uma experiência por reivindicação de cidadania, legitimação de existência e forma de resistência ao apagamento de vidas num território de disputas que é a cidade.

Atualmente, as atividades da Associação estão enfraquecidas. A comunidade está desmotivada a manter a continuidade das ações autogeridas,

principalmente após a perda da posse do centro comunitário, uma determinação executada a partir de negociações realizadas entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura de Santana, sem qualquer participação da associação ou dos moradores do bairro.

A Associação, no entanto, tem um papel importante para mais de 200 famílias que não têm acesso à água tratada no bairro (algo detectado apenas através do Censo mencionado). Devido a esta emergência, a AMOBEL atua como facilitadora, destinando a estas famílias água tratada com aditivo de sulfato em camburões transportáveis, que é fornecido pela companhia de saneamento estadual (CAESA). Pensar a escassez de água tratada em um bioma como o amazônico reitera como o processo de urbanização brasileiro é um processo incompleto (Santos, 2013), que reafirma um histórico de profunda desigualdade e produziu aglomerados urbanos como forma de acesso à habitação. Mesmo que a política urbana instaurada em 1988 pela constituinte tenha inaugurado um novo olhar social sobre a cidade, nos últimos anos o alinhamento das políticas públicas aos padrões de acumulação capitalista, segundo Alfonsin et. al. (2020), reforça o movimento de alargamento da hierarquia social e da assimetria na apropriação da infraestrutura urbana.

PALAFÍTAS DE SÃO PAULO: DIQUE VILA GILDA

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMB) é composta por nove municípios, sendo a maior parte deles conurbados: Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Santos é o polo, cuja área urbana divide a Ilha de São Vicente, com a sede do município de mesmo nome.

Para região, estima-se uma população de 1.9 milhões de habitantes, e um crescimento geométrico de apenas 1,21% a.a entre 2000 e 2010, um pouco acima que a taxa registrada para o Estado de São Paulo. A cidade mais populosa é Santos, com 419.400 mil habitantes e a menos populosa é Mongaguá, com 46.293 mil habitantes, segundo Censo 2010.

Os estudos referentes à população residente nos municípios atualmente integrantes da RMB, segundo os dados apresentados pelos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a partir de 1950, revelam a saturação urbana em Santos, resultando no processo de migração entre este município e São Vicente. Após a década de 1960, com o adensamento urbano de toda a Ilha de São Vicente, esta migração passou a ocorrer a partir desses dois municípios em direção a Cubatão e Guarujá, localizados, respectivamente, ao norte e ao leste da referida ilha.

Ao mesmo tempo, os migrantes que chegavam, sobretudo do Nordeste, arregimentados pelas indústrias da região e pelo porto de Santos, passaram a se fixar em localizações mais afastadas nas periferias do polo regional, ou em assentamentos precários situados nos municípios centrais da região, em áreas ambientalmente protegidas e áreas de risco geológico e tecnológico.

Os fluxos populacionais aumentaram devido ao aumento das atividades turísticas e relações de cooperação com os região. Esses dados mostram a

paulatina estagnação do crescimento de Santos, sobretudo após a década de 1970, em face do processo de saturação dos espaços apropriados para ocupação, que promoveu o espraiamento da mancha urbana, provocado pela industrialização local.

Durante a década de 1950, a indústria automobilística instalou-se na região do ABC Paulista, dando novo impulso à expansão do complexo siderúrgico e petroquímico de Cubatão, que atraiu muitos operários da construção civil até a década de 1970. O município de Cubatão é talvez o exemplo mais severo de um modelo de desenvolvimento traçado em nível federal, com severa degradação ambiental e responsabilidade social não realizada.

Entre os anos 2000 e 2010 a RMB apresentou uma crescente migração intrametropolitana, como uma força centrífuga, partindo de Santos em direção à periferia metropolitana, em virtude de dois fatores: o preço do solo e o custo de vida mais baratos. O saldo migratório e o crescimento populacional podem ser verificados na tabela 02.

Tabela 2 - Taxas de crescimento populacional, saldos migratórios anuais e taxas anuais de migração, segundo municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista

Taxas de crescimento populacional, saldos migratórios anuais e taxas anuais de migração, segundo municípios						
Região Metropolitana da Baixada Santista - 1991/2000 - 2000/2010						
Municípios	Taxas anuais de crescimento populacional (%)		Saldos migratórios anuais		Taxas anuais de migração (por mil habitantes)	
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
RM da Baixada Santista	2,17	1,21	13.115	5.017	9,75	3,20
Bertioga	11,36	4,77	1.716	1.120	83,55	29,01
Cubatão	1,95	0,93	227	-336	2,28	-2,96
Guarujá	2,65	0,95	2.314	-657	9,78	-2,37
Itanhaém	5,15	1,94	2.107	746	35,92	9,40
Mongaguá	7,13	2,84	1.480	782	55,14	19,29
Peruíbe	5,13	1,54	1.389	168	33,11	3,03

Praia Grande	5,18	3,09	5.819	4.674	36,93	20,58
Santos	0,02	0,03	2.198	-1.349	-5,26	-3,22
São Vicente	1,40	0,92	261	-132	0,91	-0,41

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

Nota: O saldo migratório estimado considera a diferença entre o crescimento populacional proveniente dos Censos Demográficos (IBGE) e o saldo vegetativo calculado a partir do Sistema de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo (SEV), processado pela Fundação Seade.

Se, por um lado, a forte transformação e o crescente dinamismo econômico da região contribuíram para a formação dos núcleos urbanos de desenvolvimento, por outro, o contrário é verdadeiro e a maioria dos espaços ocupados são caracterizados pela precariedade da habitação e a falta de infraestrutura urbana adequada, principalmente saneamento básico. O modelo desenvolvimentista promoveu, também, a intensificação do uso e ocupação do solo na atual área central da região, em um quadro de segregação socioespacial.

Entre as décadas de 1950 e 1960, consolidou-se o turismo balneário nos municípios de Santos, São Vicente e Guarujá; neste último, um pouco depois dos primeiros. Na década de 1970, em face da poluição das praias desses municípios e com os investimentos do governo do estado em infraestrutura rodoviária, o turismo deslocou-se para o sul da região e para Bertioga. Primeiro na parte central e depois na periferia, foi criado um parque habitacional de verão, ajudando a atrair milhares de trabalhadores para a construção civil e a prestação de serviços. Na área central, o parque era vertical e promoveu intensa valorização do solo urbano, contribuindo para afastar a população de menor renda dessas localizações.

A complexidade desse arranjo regional com seus óbvios impactos no saneamento básico, habitação, mobilidade, riscos ambientais e tecnológicos, entre outros aspectos, criou diversas tensões sociais e ambientais, agravadas pela profunda desigualdade social.

A RMB é um pequeno território insular, com alta concentração de pessoas de baixa renda que vivem em assentamentos precários, em áreas ecologicamente vulneráveis.

O processo de ocupação desordenada da RMB foi deflagrado em grande parte nos territórios de São Vicente, Vicente de Carvalho (Guarujá) e Cubatão, por conta da grande valorização dos imóveis em Santos. Este fenômeno foi favorecido pela ausência de políticas públicas que dessem conta desta problemática e pela ausência de controle municipais sobre o processo de uso e ocupação de áreas, proporcionando que proliferação de loteamentos

clandestinos e ocupações irregulares, sobretudo nas áreas de mananciais, mangues e morros da região.

Este tipo de ocupação desordenada deu-se principalmente pelo desencadeamento da valorização dos ativos de Santos nos territórios de São Vicente, Vicente de Carvalho (Guarujá) e Cubatão. Esse fenômeno é sustentado pela falta de políticas públicas de habitação eficazes.

Analisando o “*Plano metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista 2014-2030*”, é possível observar que as políticas e legislações urbanas nunca se concentraram realmente no problema da carência habitacional das classes mais pobres. Mesmo que políticas de financiamento sejam desenvolvidas para resolver os problemas existentes, há pressão do mercado imobiliário para atender aos interesses do mercado.

O resultado da soma da ausência de públicas nacionais e/ou federais eficientes com as políticas negligentes dos municípios, é o crescimento de populações em assentamentos precários, onde os moradores vivem, em sua grande maioria, sob a ameaça de morte, uma vez que os territórios ocupados se proliferam em áreas instáveis, com risco de deslizamentos nas encostas dos morros, inundações, incêndios, etc.

Moradias precárias na Região Metropolitana da Baixada Santista

Para elaboração deste artigo, usou-se como conceito o elaborado pelo IBGE, que considera como aglomerado subnormal o conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais.

Com base nos dados do censo IBGE (2010) a Baixada Santista apresentava um número preocupante de assentamentos precários conforme tabela 3.

Tabela 3 - Municípios com assentamentos precários.

Situação na Região - Municípios com assentamentos precários - Censo 2010						
Município	Pop. Geral	Pop. em AGSN	Domicílios	Média Hab. por Domicílio	% da Pop. em AGSN	Assentamentos

Bertioga	47.655	10.444	2.925	3,57	21,99%	11
Cubatão	118.720	49.134	14.841	3,31	41,52%	16
Guarujá	290.752	95.4527	26.095	3,66	32,86%	46
Praia Grande	362.051	17.343	4.848	3,58	06,63%	06
Santos	419.400	38.159	10.767	3,57	9,13%	24
São Vicente	332.445	86.684	24.067	3,60	26,22%	27
TOTAL	1.471.013	297.191	83.543	(M) 3,54		130

Fonte: IBGE, 2010.

Em relação à proporção do crescimento populacional em assentamentos precários, é importante salientar que entre os anos de 2000 e de 2010, o número de pessoas residentes na região da RMB passou de cerca de 265 mil para 297 mil (aumento de cerca de 32 mil, um crescimento em torno de 12,2%), enquanto a população residente total na região passou de cerca de 1.474 milhões para 1.662 milhões (aumento de cerca de 188 mil pessoas residentes). Isto demonstra que o aumento da precariedade habitacional na década de 2000 é proporcional ao crescimento demográfico da região.

A comunidade de Dique Vila Gilda

Entre os Morros da área insular de Santos e o mangues e fundos de vale, áreas da cidade conhecidas pelo grande número de assentamentos precários, desfavorecidos em atendimento graças, entre outros fatores, à descontinuidade de políticas públicas. Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), em 2009, já havia a carência de 16.876 novas habitações, considerando os moradores dos assentamentos precários, famílias conviventes, cortiços e domicílios improvisados.

Aproximadamente, 60% das ocupações subnormais do município de Santos constituem aglomerações urbanas que ultrapassam 1.000 habitantes. O Complexo Dique da Vila Gilda, por exemplo, apresenta uma concentração de cerca 12.964 habitantes (números projetados pela Prefeitura Municipal de Santos/COHAB Santista - 1999/2000), acredita-se que a crise econômica dos últimos anos e a produção habitacional insuficiente, este número tenha aumentado, porém, sem a realização do Censo de 2020 e a atualização dos instrumentos regionais de gestão, torna ainda mais difícil a tarefa de projetar o déficit habitacional.

Imagens 7 e 8 - Dique Vila Gilda, habitações precárias2



Fotos: Francisca Adalgisa Silva, 2014

Considerada a maior favela de palafitas do Brasil, a ocupação espontânea subnormal conhecida como Dique da Vila Gilda situa-se no Município de Santos, na região Noroeste de sua porção insular, sobre uma Área de Preservação Permanente.

A comunidade está localizada ao longo da margem do Rio dos Bugres, que faz divisa com o município de São Vicente, em aproximadamente quatro quilômetros lineares. Sua ocupação se deu por volta da década de 60 com a construção, às margens do Rio dos Bugres, de canais de drenagem e um dique.

A área do Dique Vila Gilda situa-se numa área de manguezal, pertencente à União, cedida sob regime de aforamento, em 1954, a um único donatário, o Sr. José Alberto de Luca, conforme Transcrição no 2.271/53 para plantio de arroz. No entanto, no caso do Dique Vila Gilda, o foreiro perdeu o interesse em sua propriedade devido à queda na atividade agrícola e resultando em uma desvalorização imobiliária. Assim, estas terras se tornaram, na prática, áreas disponíveis para habitação das classes mais pobres, ainda que sem qualquer infraestrutura e de difícil acesso.

A partir das décadas de 1970 a 1980, intensificaram-se as ocupações na área do Dique, levando à expansão dessa ocupação composta por edificações em madeira e palafitas sobre as águas (Imagem 09), com passarelas resolvendo de forma precária o sistema de circulação de pedestres. Em 1973, construíram uma faixa de aterro de 5 metros nos caminhos de São Sebastião e São José, o facilitou a circulação de veículos pela totalidade da comunidade

Imagem 09 - Imagens do avanço populacional sobre o Mangue - Comparação entre 1962 e 2020.



Fonte: Prefeitura de Santos, 2021.

No caso do Dique, um agravante é sua localização na área de manguezal, atacando um ecossistema ameaçado, o berço da vida marinha, e dificultando os processos de regularização fundiária e habitacional. Essa dicotomia mostra o conflito no uso do ambiente vivo em simbiose com os humanos cujas soluções deveriam se dar de forma harmoniosa.

Outro agravante é o ambiente propício para contrair doenças infecciosas. No Dique de Vila Gilda, os moradores não possuem redes coletoras de esgoto, suas necessidades fisiológicas são descarregadas diretamente na maré ou na margem do rio, onde as crianças brincam e os adultos pescam caranguejos.

A comunidade de Dique Vila Gilda já foi objeto de diversos planos de habitação, todavia, a situação de precariedade das habitações persiste. A vulnerabilidade do grupo é marcada principalmente pela ausência de políticas públicas, o que constitui um cenário perfeito para a promoção da miséria, da violência, das ocupações irregulares e da vida indigna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se como urbanização insurgente o processo de produção de cidade, que a partir da autoconstrução de moradias, promove a organização de espaços que reivindicam o direito de viver e permanecer em um território. Esta produção também é reconhecida ao alocarmos o olhar para as favelas brasileiras. Há neste processo uma luta diária contra a invisibilização, tanto de aspectos materiais quanto de sociais, quando a estas pessoas não são observados os direitos básicos de um cidadão urbano como o acesso a equipamentos e serviços públicos, o reconhecimento de um endereço cadastrado. O agenciamento de processos que relacionam a necessidade básica do morar e o contexto físico ambiental do território, tiveram papel

significativo na produção das favelas palafíticas, como observado nos estudos de caso.

Os riscos associados à falta de infraestrutura, serviços, atendimento e reassentamento adequados torna este grupo populacional cada vez mais vulnerável e isolado, revelando as desigualdades sociais. Estes cenários de fragilidade gera distinções geograficamente claras entre áreas mais ricas e mais pobres, mantendo cada uma em um espaço aparentemente único, mas com diferentes representações na qualidade de vida e no acesso a bens e serviços.

Devido à recente pandemia do coronavírus (SARS-COV-2), o desafio de viver em situação de precariedade foi agravado. Por um lado, as condições pré-pandemia revelaram-se ainda mais críticas e pertinentes, por outro a articulação e esforços coletivos baseados em solidariedade realçam a possibilidade de novas formas de cooperação. Isto é, as condições de acesso à moradia contribuem para definição de um perfil de indivíduos mais afetados brutalmente pela COVID-19 nas periferias e assentamentos mais pobres das cidades.

No caso do Dique de Vila Gilda, a precariedade habitacional aponta para necessidade de uma política habitacional efetiva, inclusive com foco na regularização fundiária e recuperação ambiental de áreas ocupadas, articulada com políticas preventivas para enfrentamento das várias formas de risco a que estão submetidas famílias moradoras em assentamentos precários. Já no caso da Vila Elesbão a autogestão associativa empenha-se pela legitimação da cidadania e na reivindicação de direitos básicos que promovem sua subsistência, e para além disso, reafirmam sua existência na cidade e no território como pioneiros no processo de ocupação da orla de Santana.

É fundamental que, como estratégias orçamentárias, se preveja a necessária integração entre políticas setoriais e os investimentos em reurbanização de favelas e de áreas de risco. No caso das favelas palafíticas, é indispensável o acompanhamento das políticas urbanas e ambientais que priorizem a recuperação e preservação dos ecossistemas. Pode-se considerar que a atuação do Estado é decisiva para a garantia da habitabilidade e de implantação de infraestruturas para o desenvolvimento mais sustentável das favelas e que em contrapartida a atuação da sociedade civil organizada em associação de moradores, movimento de moradia e coletivos também desempenham um papel fundamental na afirmação de direitos básicos, ao observamos os limites e as possibilidades da produção do espaço urbano sob a ótica da população favelada.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia; BERNI, Paulo Eduardo; PEREIRA, Pedro. **O PARADOXO DA COVID-19 NAS PERIFERIAS: A RETOMADA DA CULTURA ASSOCIATIVA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À NECROPOLÍTICA**. As Metrôpoles e a COVID-19: Dossiê Nacional. Porto Alegre, 2020.

AMOBEL, Associação de Moradores do Bairro Elesbão. **História e Memória da Formação do Bairro do Elesbão em Santana-AP**. Santana, AP. 2016.

BUENO, Laura. **Projeto e favela: metodologias para projetos de urbanização**. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2000.

CARDOSO, A. **Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios** In Anais XII ENANPUR - Integração Sulamericana, Fronteiras e Desenvolvimento Regional e Urbano. Belém, PA: 2007

DENALDI, R & CARDOSO, A **Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC/ organização Adauto Cardoso, Rosana Denaldi; 1 ed; Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. 362 p.**

DENALDI, R. **Política de urbanização de favelas: evolução e impasses** (tese de Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2003.

FABIANO, C.; MUNIZ, S. **Dique Vila Gilda: Caminhos para a Regularização**. Planejamento e Políticas Públicas – PPP, n. 34, jan./jun, 2010.

FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; IACOVINI, V. **Dimensões do intervir em Favelas: desafios e perspectivas**. 1ªed. - São Paulo, PEabiru TCA/Coletivo LabLaje, 2019.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Brasília, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19**. Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO POLIS. **Resumo Executivo de Santos: Litoral Sustentável Desenvolvimento com Inclusão Social**. São Paulo, 2012.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução técnica com vistas à chancela da Paisagem Cultural da Vila do Elesbão/Carpintaria Naval**. Macapá, 2011.

KEHL, Luis. **Breve história das favelas**. São Paulo: Claridade, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio; FIGUEIREDO, Ademir. **Urbanização x remoção**. In Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016, p. 70-81.

NAIFF, LUCIENE A. MIGUEZ ; NAIFF. DENIS G. MONTEIRO: **A favela e seus moradores: culpados ou vítimas?** Representações sociais em tempos de violência- Estudos e Pesquisas em Psicologia v.5 n.2 Rio de Janeiro dez. 2005- versão On-line ISSN 1808-4281- consultado em -15.08.2021.

SALGADO, V. **A PROA É VARANDA, O RIO É QUINTAL**. Projeto Estação Chão d'Água e Proposta de Desenvolvimento Local com Turismo Comunitário na Vila Elesbão (AP). Orientadora: Bianca Moro de Carvalho. – Macapá, 2019. 187p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação de Curso de Arquitetura e Urbanismo.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro. ed. fgv, 2005.

VIANA, T. M. S. **Planejamento e Gestão Urbanos na Orla Fluvial de Santana: Aportes para o desenvolvimento local**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá. Macapá, AP. 2016.